



ACÓRDÃO Nº 421/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11383/2016.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** Sr. Almir Fernandes Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Urucará, à época.
- 4- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 5- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provimento. Determinação.

6- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 6.1. **Conhecer** os presentes Embargos de Declaração, nos moldes do art. 148 e seguintes, da Resolução TCE nº 04/2002, interposto pelo **Sr. Almir Fernandes Guimarães**, por intermédio de seus advogados;
- 6.2. **Negar Provimento** aos presentes Embargos Declaratórios interpostos pelo **Sr. Almir Fernandes Guimarães**, por intermédio de seus advogados, diante dos motivos expostos no Relatório/Voto, sem atribuição de efeitos modificativos;
 - 6.2.1. Alterar a redação do item 9.2.1 do Acórdão nº 64/2017 - TCE - TRIBUNAL PLENO, tão somente para, de ofício, corrigir falha meramente material (erro de digitação) na descrição do número de dias de atraso do envio dos informes periódicos (eContas) referente ao mês de Outubro/2015, pois onde consta atraso de 759 dias, o correto seria atraso de 59 dias, mantendo-se as demais disposições do *decisum*, sem emprestar efeito modificativo ao julgado, ficando com a redação a seguir:
 - 1 - Intempestividade na remessa dos informes periódicos referentes ao mês de outubro de 2015, com



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 421/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

atrasos de 59 dias, encaminhados via Portal e-Contas
fora do prazo concedido na Ata da 38ª Sessão
Administrativa desta Corte de Contas;

- 6.3. Determinar à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno** que cientifique os patronos do Embargante sobre o teor deste Acórdão, bem como adote as demais providências necessárias ao cumprimento integral do decisor, nos termos regimentais.

- 7- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
8- Data da Sessão: 18 de Abril de 2017.
9- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
10- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral